

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1015

ESTRUTURA FAMILIAR E RENDIMENTOS DO TRABALHO DOS RICOS NO BRASIL

Marcelo Medeiros

Brasília, março de 2004



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1015

**ESTRUTURA FAMILIAR E RENDIMENTOS
DO TRABALHO DOS RICOS NO BRASIL**

Marcelo Medeiros*

Brasília, março de 2004

* Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guido Mantega

Secretário-Executivo – Nelson Machado

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Arbix

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais

Mário Sérgio Salerno

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 ELEMENTOS QUE COMPÕEM OS RENDIMENTOS DO TRABALHO *PER CAPITA* 8

3 METODOLOGIA 10

4 RESULTADOS: O EFEITO DE CADA COMPONENTE 12

5 CONCLUSÕES 15

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 17

SINOPSE

Este trabalho analisa como a composição das famílias, a divisão familiar do trabalho e o nível de remuneração dos trabalhadores influenciam o montante de renda disponível para distribuição entre as pessoas das famílias e, conseqüentemente, na distinção entre as famílias ricas e não-ricas. Os resultados mostram que o papel da composição familiar e da organização da família para o trabalho na diferenciação dos ricos e não-ricos é limitado se comparado ao efeito que a remuneração do trabalho tem nessa distinção. Existe pouca relação entre a existência de uma elite rica, o perfil demográfico da população brasileira e as taxas de atividade e ocupação dos trabalhadores. As desigualdades na remuneração do trabalho são a principal explicação para as diferenças de renda observadas.

ABSTRACT

I examine how the demographic composition of the families its internal division of labor and the wage level of the workers affect the total income available for distribution among the family members and therefore the distinction between rich and non-rich families. Results show that the effect of family composition and labor division on the distinction between rich and non-rich is small. It seems that the existence of a rich elite has little relationship with the demographic patters of the Brazilian population and the level of economic activity of family workers. Differences on wages are the main explanation for the observed income differences.

1 INTRODUÇÃO

Parte expressiva dos elevados níveis de desigualdade social no Brasil deve-se ao fato de uma pequena elite da população deter uma grande quantidade de suas riquezas. A redução desta desigualdade pode passar por vários caminhos, entre eles o da redistribuição de recursos da elite rica à massa mais pobre. Para se julgar em que medida uma redistribuição dos ricos aos pobres é justa e pode ser realizada, é preciso conhecer melhor por que razão algumas famílias são ricas e outras não. Uma das maneiras de se fazer isso é analisar de que forma os níveis de renda das famílias associam-se a algumas de suas características, como número de pessoas, idade, participação no mercado de trabalho e rendimentos recebidos.

No que diz respeito à riqueza que decorre de elevados rendimentos do trabalho, diversos fatores influenciam o montante disponível para distribuição entre as pessoas da família. Entre eles destacam-se a composição das famílias, a organização familiar para o trabalho e o nível de remuneração dos trabalhadores. O objetivo deste estudo é avaliar o papel de cada um desses três fatores na distinção entre as famílias ricas e não-ricas. Essa avaliação permite testar três hipóteses acerca das desigualdades entre os dois grupos: a de que a distinção entre os ricos e o restante da população deve-se, principalmente: a uma estrutura demográfica peculiar (níveis de fecundidade, posição no ciclo de vida etc.); ao maior emprego e operosidade da mão-de-obra disponível (taxas de atividade e ocupação, extensão das jornadas de trabalho); ou à ocupação de melhores posições no mercado de trabalho (remunerações mais altas).

O peso de cada um desses fatores na configuração dos estratos é analisado a partir de uma decomposição do rendimento *per capita* do trabalho das famílias. Resultados empíricos são obtidos a partir dos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) de 1997, 1998 e 1999. A decomposição é usada para comparar as médias dos componentes do rendimentos observadas em cada estrato e, em seguida, para a realização de um exercício em que se avaliam os níveis de mobilidade de um estrato a outro em oito simulações que imputam, para cada componente, as médias de ricos a não-ricos e vice-versa.

O texto está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, discute-se como os rendimentos do trabalho *per capita* de uma família podem ser decompostos, destacando-se as situações que podem fazer que uma família determinada diferencie-se das demais e seja rica. Na terceira, são tratados os aspectos metodológicos dessa decomposição e os procedimentos de simulação com os dados das Pnads a fim de avaliar em que medida a riqueza das famílias no Brasil pode ser atribuída à sua estrutura etária e à organização para o trabalho ou aos rendimentos de seus trabalhadores. A quarta seção mostra os resultados das decomposições e das simulações e a última resume as principais conclusões.

Os resultados indicam que a composição e a organização para o trabalho das famílias têm um papel limitado na explicação da diferenciação entre ricos e não-ricos quando comparado ao peso que as remunerações do trabalho têm sobre a diferenciação dos dois grupos, ou seja, que a existência de uma elite rica no país explica-se majoritariamente por desigualdades na remuneração dos trabalhadores e não pelo perfil demográfico da população ou pelas taxas de atividade e ocupação dos trabalhadores das diversas famílias.

2 ELEMENTOS QUE COMPÕEM OS RENDIMENTOS DO TRABALHO *PER CAPITA*

Os fatores que levam um indivíduo específico a ocupar uma posição nos estratos mais ricos da sociedade são objeto de uma longa tradição de estudos nas Ciências Sociais. Marx e Veblen, por exemplo, rejeitam o argumento de que algumas pessoas pertencem aos estratos superiores da sociedade porque optaram por uma vida de consumo frugal e trabalho duro (Marx, 1975, 1973, 1978, 1981; Veblen, 1983). Weber e Pareto, de uma posição diferente, endossam, em larga medida, a tese de que a operosidade e a frugalidade são determinantes importantes do desempenho econômico dos indivíduos nas sociedades capitalistas, mas vão destacar também a distinção na qualificação profissional entre os elementos que posicionam os indivíduos na hierarquia social (Weber, 1961, 1989, 1991; Pareto, 1964).

Característica de quase todos esses estudos pioneiros é uma forte associação entre estratificação social e estruturação das atividades econômicas. Essa tendência propagou-se até os estudos modernos, que tendem a ver a posição de um indivíduo em determinado estrato social como sendo estabelecida, em maior ou menor grau, por sua posição na hierarquia das atividades econômicas (Crompton, 1995; Goldthorpe, 2000, 1992; Savage 2000; Wright, 2002, 2000; Breen, 2002). Ao estratificar a sociedade, usando informações sobre a atividade econômica dos indivíduos, essas teorias enfrentam o problema de classificar uma grande massa de pessoas que não é economicamente ativa, como é o caso de muitas crianças, idosos e mulheres. Invariavelmente, a solução para esse problema consiste em estender a classificação de indivíduos economicamente ativos para o restante de suas famílias.

A imputação da posição social de um indivíduo economicamente ativo a seus familiares incorpora, implicitamente, a noção de que a família é uma entidade distributiva, isto é, que reparte entre seus membros o que foi obtido por alguns deles. É exatamente isso o que fazem os métodos de estratificação que utilizam os rendimentos recebidos por alguns membros das famílias para classificar todos os membros restantes. Os esquemas de estratificação por renda *per capita* – como é o caso de alguns que definem pobres e ricos, por exemplo – vão mais além e assumem que os rendimentos de alguns são, ou poderiam ser, igualmente distribuídos entre todos.

O pressuposto de que as famílias de fato distribuem de forma igualitária as rendas (ou qualquer outro recurso) que obtêm é, provavelmente, pouco realista. Sen (1983) discute esse assunto e argumenta que a existência de hierarquias intrafamiliares, amplamente demonstrada na literatura sobre papéis de gênero, por exemplo, é um forte motivo para que essa distribuição igualitária não exista. Na verdade, se a distribuição intrafamiliar for realizada em função de necessidades circunstanciais diferenciadas, não há razão para crer no realismo do pressuposto. Porém, diante da falta de informação mais aprofundada sobre as distribuições intrafamiliares da renda, algum dado sobre a distribuição precisa ser imputado. A melhor alternativa, neste caso, é tratar a renda *per capita* não como renda efetivamente recebida pela pessoa da família, mas como o montante de renda disponível para cada pessoa caso não existam desigualdades intrafamiliares.

É óbvio que um esquema de estratificação a partir da renda *per capita* não considera apenas o total de rendimentos recebidos por uma família, mas, também, a quantidade de pessoas entre as quais esses rendimentos seriam divididos. Duas famílias com o mesmo rendimento total podem se localizar em estratos distintos se uma delas for composta por uma quantidade maior de pessoas que a outra. A constatação disso abriu espaço para uma série de argumentos de origem malthusiana que entendiam a pobreza como, majoritariamente, o resultado de quantidade excessiva de pessoas não produtivas nas famílias. Para algumas teorias, a razão de dependência excessiva explicaria boa parte da incidência da pobreza nos países. A reação a esse tipo de proposição consistiu em argumentar que o principal determinante da pobreza eram as baixas rendas e não o excesso de dependentes nas famílias, como mostram as análises da literatura especializada realizadas por Martinussen (1997) e Furedi (1997). A rigor, ambos os argumentos podem estar corretos e somente testes empíricos podem dizer qual deles é mais adequado para um caso específico.

Assim como uma família pode ser pobre porque possui uma grande proporção de dependentes ou recebe rendimentos baixos – ou, ainda, por uma combinação de ambos –, um indivíduo pode ser rico porque pertence a uma família que combina rendimentos elevados a uma pequena proporção de dependentes. Esses rendimentos podem ser divididos segundo seu tipo, sendo de especial interesse focalizar o estudo sobre os provenientes do trabalho, não só pelo fato de estes representarem a maior parte dos rendimentos das famílias brasileiras, mas, também, porque dão uma idéia de como a mão-de-obra em uma família é empregada no momento presente.

A diferenciação dos rendimentos do trabalho *per capita* ocorre porque suas proporções de pessoas com algum rendimento são diferentes ou os valores médios dos rendimentos dessas pessoas podem ser distintos. Em outras palavras, a diferenciação entre famílias ocorre porque a renda familiar cresce quanto maior for o número de seus membros trabalhando e/ou quanto maior for a remuneração desses trabalhadores. Do ponto de vista analítico, uma família pode diferenciar-se das demais e ser rica visto que:

- a) possui, proporcionalmente, mais mão-de-obra;
- b) a taxa de ocupação de sua mão-de-obra é mais alta;
- c) os trabalhadores ricos têm uma jornada de trabalho mais longa; e
- d) os rendimentos (por hora) dos trabalhadores ricos são mais altos.

Essas características não são mutuamente excludentes, podendo interagir na determinação do nível de renda das famílias. O primeiro item é um componente de natureza demográfica e diz respeito à estrutura etária das famílias, isto é, à proporção de pessoas em idade de trabalhar no total de membros, a qual representa a relação entre a quantidade de mão-de-obra disponível e a quantidade de dependentes. O segundo item refere-se à forma como as famílias empregam essa mão-de-obra e depende tanto de decisões intrafamiliares (que não necessariamente são tomadas em conjunto) quanto de características do mercado de trabalho (disponibilidade de postos de trabalho). O terceiro item reflete a intensidade do uso dessa mão-de-obra em termos de horas diárias trabalhadas; e o quarto manifesta como o mercado de trabalho remunera o trabalho ofertado pelas famílias.

Assim, é possível decompor os rendimentos do trabalho *per capita* das famílias na identidade [1] abaixo, que consiste em uma versão modificada da identidade proposta por Barros e Mendonça (1995, p. 7):

$$[1] R_f \equiv A_f \cdot T_f \cdot H_f \cdot S_f$$

onde, na família f , a renda *per capita* do trabalho R_f equivale ao produto da proporção de pessoas em idade ativa A_f pela fração da mão-de-obra efetivamente trabalhando T_f , o número médio de horas trabalhadas H_f e a remuneração (“salário”) média por hora das pessoas que têm rendimentos do trabalho S_f . A parte $(A_f \cdot T_f \cdot H_f)$ refere-se à quantidade de mão-de-obra e está relacionada à composição (número de filhos e adultos etc.) e à organização (intensidade e divisão do trabalho remunerado) das famílias. A parte (S_f) , que diz respeito à remuneração da mão-de-obra empregada, relaciona-se à qualificação dos trabalhadores e às características do mercado de trabalho.

3 METODOLOGIA

Os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) fornecem a informação necessária para analisar empiricamente, no Brasil, em que medida a riqueza de uma família pode ser atribuída à sua estrutura etária e à organização para o trabalho ou aos rendimentos de seus trabalhadores. Mais do que isso, esses dados permitem tratar isoladamente cada um dos elementos que compõem a renda *per capita* das famílias e determinam seu nível de riqueza para que o papel de cada um deles na determinação da renda das famílias ricas seja avaliado.

Partindo-se da identidade [1], o impacto de cada um dos componentes sobre a renda total *per capita* das famílias pode ser analisado por meio de simulações que modifiquem um desses componentes e mantenham os demais constantes. Se, por exemplo, for desejável saber qual é o impacto médio que as diferenças na remuneração têm sobre as desigualdades na renda total das famílias ricas e não-ricas, pode-se atribuir a remuneração média dos trabalhadores ricos aos não-ricos e verificar, em seguida, quantos não-ricos tornaram-se ricos.

Simulações desse tipo podem ser muito pouco realistas porque não consideram a correlação que existe entre esses componentes. Barros e Mendonça (1995), por exemplo, demonstraram que, para compensar seus baixos rendimentos, as famílias mais pobres possuem uma maior quantidade de pessoas no mercado de trabalho. Para ser realista, uma simulação deveria considerar esse fato e variar a fração da família trabalhando (T_f) toda vez que a remuneração do trabalho S_f fosse simulada em patamares baixos. Na ausência de um conhecimento mais completo sobre as relações existentes entre todos os componentes do rendimento *per capita* das diversas famílias, os resultados das simulações, especialmente as baseadas em médias, devem ser interpretados como indicações gerais de tendências e não como previsões que tenham a ambição de obter resultados precisos.

Para analisar o papel de cada um dos componentes na diferenciação da renda total das famílias ricas e não-ricas, simulações simples e de fácil interpretação são realizadas. Elas consistem em atribuir a um grupo as características do outro e, em seguida, acompanhar as modificações ocorridas nas rendas totais das famílias. As simulações

avaliam a mobilidade entre estratos sociais (ricos e não-ricos), por meio dos fluxos de entrada e saída nesses estratos, medidos pela proporção da população que transita em cada um deles.

Os procedimentos de simulação podem ser divididos em duas categorias. Na primeira, são atribuídas aos ricos as características médias dos não-ricos. Na segunda, o procedimento é invertido, atribuindo-se aos não-ricos as características médias dos ricos. Em ambos os casos, modifica-se um único componente da identidade [1] (taxa de ocupação, rendimentos etc.), mantendo-se os demais conforme observados. Esses exercícios são complementares e têm como objetivo facilitar a interpretação dos resultados.

A análise utiliza os microdados das Pnads de 1997 a 1999, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como o estrato de população rico compõe fração pequena da população total, corre-se o risco de que a amostra de uma Pnad isolada não o represente adequadamente. Para contornar esse problema, os registros das Pnads em questão foram concatenados e, posteriormente, tratados como representativos de uma única população. Dois aspectos dos levantamentos tornam isso possível. Primeiro, toda a metodologia é mantida constante nos três anos, o que torna as informações comparáveis. Segundo, o desenho amostral das Pnads impede a repetição de entrevistas em um mesmo domicílio ao longo de anos consecutivos. Com isso, a concatenação implica expansão da população entrevistada e não acompanhamento do tipo painel, o que permite assegurar uma amostra muito maior de famílias ricas do que seria possível com uma única pesquisa.

Após a concatenação, os dados passam a referenciar-se ao período analisado ou, mais especificamente, a três cortes realizados nos meses de setembro (mês de referência das Pnads) dos anos considerados. Implicitamente, está-se assumindo que não ocorreram mudanças radicais na estrutura da sociedade no intervalo de tempo analisado, o que parece razoável para o período em questão. Para evitar uma sobre-representação das informações mais recentes, os fatores de expansão da amostra foram ajustados para que o crescimento observado da população ao longo do tempo não influenciasse o peso de cada Pnad nos resultados finais, fazendo que o resultado da expansão após a concatenação refletisse a população projetada pela Pnad de 1999. Para ajustar os valores monetários ao longo do tempo, usou-se a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de modo que os registros ajustados representassem valores de setembro de 1999.

Os estratos rico e não-rico foram definidos a partir de uma linha de riqueza calculada aplicando-se a metodologia apresentada em Medeiros (2001) aos dados concatenados das Pnads de 1997 a 1999. O estrato rico corresponde à população dos 0,9% mais ricos na distribuição da renda *per capita*. O valor da linha de riqueza equivale à renda mensal familiar *per capita* de R\$ 2.170,00, em valores correntes de setembro de 1999. Para a aplicação da metodologia foi utilizada uma linha de pobreza extrema relativa, cujo corte de um terço da população equivale a uma renda de R\$ 80,97 *per capita* mensais, em valores de 1999. Com isso, a linha de riqueza corresponde a quase 27 vezes a linha de pobreza. A vantagem de se utilizar uma linha de riqueza relativamente baixa como essa é que os resultados tendem a ser mais robustos se comparados à definição de riqueza alcançada por métodos diferentes do que os que poderiam ser obtidos pelo estudo de uma população extremamente rica.

As “famílias” analisadas correspondem ao conjunto de moradores dos domicílios que possuíam alguma relação de parentesco entre si. A renda do trabalho é resultado da soma dos rendimentos do trabalho de todas as fontes dos moradores com dez ou mais anos de idade. Tais rendimentos referem-se a todos os tipos de remuneração de mão-de-obra, incluindo-se salários, remuneração dos conta-própria e comerciantes etc. A divisão desse montante pelo número de pessoas no domicílio gera R_f , a renda *per capita* do trabalho de cada família, f , no Brasil. Seguindo-se a metodologia das Pnads, consideram-se Pessoas (ou população) em Idade Ativa (PIA) todas aquelas com informação sobre trabalho disponível, isto é, pessoas com dez ou mais anos de idade. A proporção de Pessoas em Idade Ativa em cada família, A_f , é computada dividindo-se o número de pessoas com dez ou mais anos pelo número total de moradores. A fração da mão-de-obra efetivamente trabalhando, T_p , corresponde ao número de familiares ocupados nas semanas de referência das Pnads dividido pela PIA das famílias. O número médio de horas trabalhadas, H_p , equivale ao total mensal de horas trabalhadas pelos moradores do domicílio dividido pelo número de ocupados. A remuneração média por hora das pessoas que têm rendimentos do trabalho, S_p , é uma média simples dos valores recebidos por indivíduo ocupado da família e está expressa em reais equivalentes a setembro de 1999.

4 RESULTADOS: O EFEITO DE CADA COMPONENTE

O primeiro passo para se verificar empiricamente quais são as razões pelas quais os rendimentos *per capita* do trabalho das famílias ricas são maiores do que os das famílias não-ricas é observar como se diferenciam, na média, os componentes desses rendimentos. Essa observação permite, por si só, avaliar em que medida a riqueza de uma família pode ser atribuída à sua estrutura etária e à organização para o trabalho ou aos rendimentos de seus trabalhadores. A tabela 1 apresenta, para o estrato dos ricos e o dos não-ricos, a média dos valores dos componentes dos rendimentos do trabalho de cada um dos domicílios brasileiros. A tabela também apresenta uma coluna com a relação entre os valores dos ricos e dos não-ricos, isto é, o resultado da divisão das médias dos ricos pelas médias dos não-ricos.

TABELA 1

Média dos valores dos componentes dos rendimentos familiares *per capita* do trabalho segundo não-ricos e ricos (Brasil 1997-1999)

Componente dos rendimentos do trabalho	Média dos valores familiares		
	Não-ricos	Ricos	Relação ricos/não-ricos
A (Proporção de Pessoas em Idade Ativa)	0,8	1,0	1,2
T (Proporção de ocupados entre Pessoas em Idade Ativa)	0,6	0,8	1,3
H (Horas trabalhadas por ocupado)	171,7	180,1	1,1
S (Remuneração da hora trabalhada por ocupado)	2,90	27,10	9,2
Número de familiares	4,0	2,3	0,6
R_m (Rendimento do trabalho <i>per capita</i> , família m)	267,78	3.804,78	14,2

Fonte: IBGE – Pnad – 1997-1999, microdados.

Obs.: Médias dos valores familiares corresponde à média (μ) do valor domiciliar de cada componente ponderada pelo número de domicílios. O rendimento do trabalho *per capita* da família m (R_m) é o produto das médias ponderadas ($R_m = \mu A_p T_p H_p S_p$). Valores em reais de setembro de 1999.

O rendimento do trabalho *per capita* de uma família hipotética *m* cujos componentes do rendimento do trabalho fossem iguais às médias dos não-ricos seria de aproximadamente R\$ 267,78 em setembro de 1999. Se a mesma família apresentasse as médias dos ricos, seus rendimentos do trabalho *per capita* seriam de R\$ 3.804,78, cerca de 14,2 vezes maior que os primeiros. Trata-se de uma desigualdade grande, na qual os valores de todos os componentes do rendimento favorecem os ricos. O peso que cada um desses componentes tem sobre a desigualdade total, porém, varia bastante.

As famílias dos ricos são bem menores que as demais. Uma família rica apresenta em média 2,3 pessoas, enquanto o tamanho de uma família não-rica gira em torno de 4 pessoas. Apesar disso, não existem grandes diferenças na proporção de Pessoas em Idade Ativa nos dois grupos, como mostra a tabela 1. A diferenciação, um tanto limitada, ocorre porque o maior tamanho das famílias não-ricas é acompanhado por maior quantidade de mão-de-obra disponível para o trabalho.

Os ricos apresentam proporções de ocupados maiores que os não-ricos. Esse resultado é, de certa forma, esperado, posto que o desemprego afeta a renda domiciliar total e, portanto, as chances de uma família ser incluída no estrato rico diminuem quando um dos membros encontra-se desempregado. No entanto, não deve ser completamente descartada uma associação entre a estrutura etária das famílias e as diferenças entre ricos e não-ricos. É, evidentemente, questionável se pessoas com idades pouco superiores a dez anos podem ser de fato consideradas “mão-de-obra disponível”. Nessas idades, as taxas de participação no mercado de trabalho são muito reduzidas se comparadas às de adultos, um claro indicador de que existem diversas restrições, inclusive de caráter legal, para o emprego dessas pessoas em atividades econômicas. É perfeitamente possível que a maior proporção de ocupados entre os ricos esteja relacionada à estrutura etária de suas famílias, mas isso parece ter importância secundária na determinação das diferenças entre os estratos.

A intensidade do uso da mão-de-obra ocupada, ou seja, a média de horas trabalhadas pelos ocupados das famílias de cada estrato, praticamente não se diferencia. Tal como no caso das taxas de ocupação, essas médias são influenciadas pela tendência de que famílias que usem menos intensamente os trabalhadores disponíveis apresentem menores rendimentos. Porém, os valores elevados e próximos de ricos e não-ricos indicam que ambos os tipos de famílias estão empregando seus trabalhadores à plena capacidade. Isso, contudo, reforça o argumento de que a diferença nas taxas de ocupação dos dois estratos devam-se a distintas composições etárias de suas famílias. Se todas as famílias poupam suas crianças do trabalho, então, parte dos menores rendimentos dos não-ricos será explicada por sua estrutura familiar mais jovem e não por um uso menos intenso dos recursos de que dispõem.

Independentemente dos motivos que a determinam, a composição peculiar das famílias dos ricos não é suficiente para explicar por que elas se distinguem dos não-ricos em termos de rendimentos *per capita*. Tampouco é possível indicar a organização e a divisão interna do trabalho das famílias dos ricos como explicação para essa distinção, uma vez que a operosidade – no sentido de tempo dedicado ao trabalho – não parece ter qualquer papel relevante para explicar as diferenças entre ricos e não-ricos. A maior parte das diferenças entre ricos e não-ricos localiza-se na forma desigual como os trabalhadores de cada grupo são remunerados.

A média da remuneração por hora trabalhada dos ricos é 9,2 vezes maior que a dos não-ricos. Enquanto os não-ricos recebem aproximadamente R\$ 2,90 por hora trabalhada, os ricos recebem cerca de R\$ 27,10 pelo mesmo período. Isso indica que, ainda que os não-ricos tivessem exatamente a mesma composição e organização familiar dos ricos, as desigualdades entre os estratos persistiriam. Na média, as diferenças de remuneração são a principal explicação para a distinção dos grupos.

Os resultados mencionados referem-se a médias de rendimentos *per capita* do trabalho. O impacto que as diferenças nesses componentes têm sobre a renda total das famílias dos dois estratos de população pode ser observado na tabela 2, que apresenta os resultados de oito simulações sobre a mobilidade entre estratos da população rica e não-rica. Nas quatro primeiras, analisa-se o que aconteceria com as famílias dos não-ricos caso o valor de cada um dos componentes de seus rendimentos do trabalho fosse alterado para as médias observadas entre os ricos. Nas simulações seguintes, são avaliados os resultados da imputação das médias dos não-ricos às famílias ricas.

TABELA 2

Mobilidade entre estratos após modificações nos componentes dos rendimentos do trabalho (Brasil – 1997-1999)

(Em %)

Parâmetros simulados	Ricos ⇔ Não-ricos	Não-ricos ⇔ Ricos
Efeito (mobilidade)	Não-ricos tornam-se ricos	Ricos tornam-se não-ricos
Componente		
A (Proporção de Pessoas em Idade Ativa)	0	21
T (Proporção de ocupados entre Pessoas em Idade Ativa)	1	29
H (Horas trabalhadas por ocupado)	0	16
S (Remuneração da hora trabalhada por ocupado)	41	91

Fonte: IBGE – Pnad 1997-1999, microdados.

Obs.: As simulações correspondem à aplicação das médias dos componentes (μ_A , μ_T , μ_H , μ_S) dos ricos aos não-ricos, e vice-versa.

Modificações na estrutura etária das famílias não-ricas não teriam efeito relevante sobre a estratificação entre ricos e não-ricos. Se a média das proporções de Pessoas em Idade Ativa das famílias ricas substituísse os valores reais das famílias não-ricas, a proporção de não-ricos que se tornaria rica seria insignificante. Esse resultado indica que não há nenhum fundamento que sustente um argumento baseado em inversão da idéia neo-malthusiana, isto é, que explique a existência de um estrato rico no país por um menor tamanho das famílias. Não são, por exemplo, níveis de fecundidade elevados – ou qualquer outro aspecto desse tipo – que impedem que muitas famílias sejam ricas.

Alterações semelhantes nos níveis de atividade e emprego da população não-rica também teriam efeitos reduzidos. Se a proporção de ocupados entre a PIA das famílias fosse elevada à proporção média dos ricos, cerca de apenas 1% dos não-ricos teria aumentos suficientes de renda para tornar-se ricos. Também carece de fundamento a idéia de que grande parte da riqueza pode ser explicada por jornadas de trabalho mais extensas. Mesmo que os trabalhadores não-ricos aumentassem suas jornadas de trabalho para os níveis médios dos ricos, pouquíssimos torna-se-iam ricos.

A distinção entre rico e não-rico não se deve à maior disponibilidade de mão-de-obra ou ao seu uso mais intenso nas famílias, mas à diferenças de remuneração entre

os trabalhadores. Quando a remuneração do trabalho dos ricos é dada aos trabalhadores não-ricos, ocorrem mudanças radicais na renda da população não-rica. A renda *per capita* aumenta a tal ponto que cerca de 41% das pessoas desse grupo tornam-se ricas. Tudo indica que o efeito isolado da imputação de remunerações de ricos a não-ricos sobre a mobilidade deste último grupo seria maior que a combinação de maior quantidade de empregos, extensão das jornadas de trabalho e aumento da ocupação de mulheres, crianças e idosos entre os não-ricos.

Quando atribui-se aos ricos as médias dos componentes da renda do trabalho dos não-ricos, a mobilidade proporcional da população rica para o estrato inferior é bem maior que a observada nos exercícios anteriores. A redução da proporção da PIA, da proporção de ocupados e da quantidade de horas trabalhadas das famílias ricas aos níveis médios dos não-ricos faz que, respectivamente, 21%, 29% e 16% dos ricos deixem o grupo. Quando a remuneração média dos não-ricos substitui a renda do trabalho dos ricos, a mobilidade descendente afeta 91% dos ricos, sendo muito provável que os 9% que permanecem no estrato sejam beneficiários de aposentadorias e pensões ou possuam outras fontes de renda, como juros e aluguéis.

O impacto muito mais expressivo das simulações que atribuem aos ricos as médias observadas entre os não-ricos está relacionado à forma da distribuição da renda no Brasil. Proporcionalmente, os ricos estão muito mais concentrados perto da linha de riqueza que divide os dois grupos do que os não-ricos. A maior parte das famílias brasileiras tem rendas *per capita* pelo menos dez vezes menor que a linha de riqueza, mas apenas uma pequena fração dos ricos tem rendas mais de três vezes maior que a linha de riqueza. É natural, portanto, que as simulações afetem mais intensamente as famílias ricas.

O importante na tabela 2 é notar que a composição familiar e a organização da família para o trabalho têm um peso reduzido na diferenciação de ricos e não-ricos se comparadas ao peso da remuneração do trabalho. A existência de uma elite rica, portanto, tem pouca relação com o perfil demográfico da população ou mesmo com as taxas de atividade e ocupação dos trabalhadores. As desigualdades nos rendimentos do trabalho são o componente que melhor explica a diferenciação entre as famílias ricas e não-ricas.

5 CONCLUSÕES

Uma família pode diferenciar-se das demais e ser rica porque: possui, proporcionalmente, mais mão-de-obra, a taxa de ocupação de sua mão-de-obra é mais alta, os trabalhadores ricos têm uma jornada de trabalho mais longa ou porque os rendimentos (por hora) dos trabalhadores ricos são mais altos. Os resultados da análise realizada a partir das Pnads de 1997 a 1999 mostram que, para cada um desses componentes dos rendimentos do trabalho *per capita*, as famílias ricas apresentam valores médios mais favoráveis. No entanto, o efeito de cada componente sobre a desigualdade total não é o mesmo.

Apesar de as famílias ricas serem bem menores que as demais, não existem diferenças nas proporções médias de Pessoas em Idade Ativa ou de ocupados nos dois grupos que justifiquem as grandes desigualdades de rendimento existentes. Tampouco

uma suposta maior operosidade dos trabalhadores ricos parece ter relevância para explicar as desigualdades entre os dois grupos, uma vez que ambos os tipos de famílias estão empregando seus trabalhadores à plena capacidade. Isso significa que a composição, a organização e a divisão interna do trabalho das famílias dos ricos não são suficientes para explicar por que elas se distinguem dos não-ricos em termos de rendimentos *per capita*. É na forma desigual como os trabalhadores de cada grupo são remunerados que se localiza a maior parte das diferenças entre ricos e não-ricos.

Não há nenhum fundamento que sustente argumento de base demográfica para explicar a existência de um estrato rico no país. Não são, por exemplo, níveis de fecundidade elevados que impedem que muitas famílias sejam ricas, pois exercícios de simulação mostram que modificações na estrutura etária das famílias não-ricas não teriam efeitos muito expressivos sobre o contingente de ricos na população total. As diferenças também não podem ser atribuídas a menores taxas de atividade ou desemprego elevado. Alterações nessas taxas da população não-rica não seriam suficientes para elevá-la ao estrato superior. Também carece de fundamento a idéia de que grande parte da riqueza pode ser explicada por jornadas de trabalho mais extensas. Mesmo que os trabalhadores não-ricos aumentassem suas jornadas de trabalho para os níveis médios dos ricos, pouquíssimos tornar-se-iam ricos.

A distinção entre ricos e não-ricos não se deve à maior disponibilidade de mão-de-obra ou ao seu uso mais intenso nas famílias, mas a diferenças de remuneração entre os trabalhadores. Se os trabalhadores não-ricos obtivessem a mesma remuneração do trabalho dos ricos, ocorreriam grandes mudanças na renda da população não-rica. Aparentemente, o papel que a remuneração do trabalho tem no posicionamento dos indivíduos nos estratos é maior que a combinação de todos os outros componentes dos rendimentos juntos.

Os resultados mostraram que, no Brasil, o papel da composição familiar e da organização da família para o trabalho na diferenciação dos ricos e não-ricos é limitado se comparado ao efeito que a remuneração do trabalho tem nessa distinção. Existe pouca relação entre a existência de uma elite rica, o perfil demográfico da população brasileira e as taxas de atividade e ocupação dos trabalhadores. Sendo assim, desigualdades na remuneração do trabalho são a principal explicação para as diferenças de renda observadas entre as famílias ricas e não-ricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane. **Pobreza, estrutura familiar e trabalho**. Brasília: Ipea, 1995. (Texto para Discussão, n. 366).
- BREEN, Richard. Foundations of class analysis in the Weberian Tradition. *In*: WRIGHT, Erik Olin (Ed.). **Alternative foundations of class analysis**. 2002. Mimeo (Em avaliação pela Cambridge University Press).
- CROMPTON, Rosemary. Class and stratification: an introduction to current debates. *In*: JOYCE, Patrick (Ed.). **Class**. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- FUREDI, Frank. **Population and development**. New York: St. Martin Press, 1997.
- GOLDTHORPE, John H. **On Sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- GOLDTHORPE, John H.; MARSHALL, Gordon. The promising future of class analysis: a response to recent critiques. **Sociology: journal of the British Sociological Association**, v. 26, n. 3, p. 381-400, Aug. 1992.
- MARTINUSSEN, John. **Society, State and Market: a guide to competing theories of development**. London: Zed Books, 1997.
- MARX, Karl. Manuscritos de Paris: salario. Benefícios. Renta. Trabalho enajenado. (Primer manuscrito). *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras de Marx y Engels**, v. 5. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.
- _____. **Grundrisse: foundations of the critique of political economy**. Middlesex: Penguin Books, 1973.
- _____. Letter from Marx to Adolf Cluss in Washington, London, 5 Oct. 1853. **Marx and Engels collected works**. New York: International Publishers, 1981.
- _____. **O capital: crítica da economia política**. Livros I, II e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MEDEIROS, Marcelo. **A construção de uma Linha de Riqueza a partir da Linha de Pobreza**. Brasília: Ipea, jul. de 2001. (Texto para Discussão, n. 812).
- PARETO, Vilfredo. **Trattato di Sociologia Generale**. Milano: Edizioni di Comunità, 1964.
- SAVAGE, Mike. **Class analysis and social transformation**. Buckingham: Open University Press, 2000.
- SEN, Amartya Kumar. Economics and the family. *In*: SEN, Amartya K. **Resources, Values and development**. Cambridge MA: Harvard University Press, 1997. Publicado originalmente em **Asian Development Review**, n. 1, p. 14-26, 1983.
- VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Abril, 1983.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- _____. **Economia e sociedade**. v. 1. Brasília: Editora UnB, 1991.
- _____. **Historia económica general**. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

WRIGHT, Erik Olin. Varieties of marxist conceptions of class structure. *In*: GRUSKY, David B. (Ed.). **Social Stratification: class, race, and gender in sociological perspective**. Boulder: Westview Press, 2000.

_____. A framework of class analysis in the marxist tradition. *In*: WRIGHT, Erik Olin (Ed.). **Alternative foundations of class analysis**. 2002. Mimeo (Em avaliação pela Cambridge University Press).

EDITORIAL

Gerente

Silvânia de Araujo Carvalho

Revisão

Gisela Viana Avancini

Sarah Ribeiro Pontes

Allisson Pereira Souza (estagiário)

Constança de Almeida Lazarin (estagiária)

Editoração

Iranilde Rego

Aeromilson Mesquita

Elidiane Bezerra Borges

Roberto Astorino

Reprodução Gráfica

Antônio Lucena de Oliveira

Edilson Cedro Santos

Apoio Administrativo

José Carlos Tofetti

Tânia Oliveira de Freitas

Wagner da Silva Oliveira

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10^º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51,

14^º andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

ISSN 1415-4765

Tiragem: 130 exemplares